



Informe da 3ª Reunião do GT Gênero do Fórum Justiça - dia 18/11/11

A terceira reunião do GT de Gênero foi realizada no dia 18 de novembro, no auditório do CEDIM, contando com a presença de 10 pessoas.

Da apresentação dos resultados das reuniões anteriores surgiram algumas observações:

- 1- A maioria dos comentários referentes às dificuldades encontradas para ao acesso ao Sistema de Justiça podem ser lidos a partir de duas grandes linhas de interpretação:
 - . a primeira, de desconhecimento e falta de informações por parte da população sobre direitos e de como acessá-los, independente da classe social ou econômica;
 - . a segunda, de distanciamento do Sistema de Justiça e suas dificuldades de “ouvir”, “escutar” a população e suas necessidades.
- 2- Mencionamos a definição de sistema de justiça para as 100 regras, confrontando com os atores do sistema de justiça mencionadas nos questionários, concluindo que a população é usuária do Sistema de Justiça e que pode ter um papel mais atuante.

O Sistema de Justiça é fechado, é preciso que se tenha alguma instância de participação.

De tantas questões surgiram algumas propostas, outras já previstas nas 100 regras foram lembradas e tidas como interessantes:

1- Institucionalizar procedimentos/mecanismos que exijam reuniões entre Juízes, com a participação popular - inserir o conceito de governança no judiciário

O judiciário esta no modelo antigo de gestão.

2 - Ouvidoria ativa x ouvidoria corporativa

- Oitiva qualificada , preparar/informar a população para o uso adequado dessas instâncias.

3- Instituir audiências públicas regulares para debater determinadas questões, com a participação da sociedade civil.

4- Quem representa a sociedade civil no CNJ - 2 advogados e 2 cidadão de notório saber jurídico (QUEM SÃO ESSAS PESSOAS HOJE?) – porque a indicação desses nomes não poderia sair da Conferência Nacional de Direitos Humanos ??



5-Seminários sobre educação em direitos, que envolvam o judiciário – essa educação em direitos possa ser promovida pelo próprio poder judiciário como uma maneira de promover uma maior aproximação com a população;

- Parceria do judiciário com a secretaria de educação – para promover desde o ensino fundamental a educação para justiça.

6- - Fazer produção de conhecimento sobre essas metas do CNJ, magistrados tem 60 dias de férias para aprimorar conhecimento.

7- - Inclusão dos currículos escolares de temas sobre direitos/educação em direitos;

8- Atuar nos cursos de direito, buscando a mudança de postura dos futuros profissionais.

Próxima Reunião: **Quinta-feira (24/11)**, às 17 horas, CEDIM

- Divulgação da reunião no evento do dia 23/11 no CEDIM no evento da campanha quem ama abraça.
- Para a próxima reunião teremos a presença de uma promotora pública para falar sobre o trabalho do MP e de que maneira podemos acionar sua atuação.
- Pauta: retomar à Ementa do Gt , no que se refere à postura do Sistema de Justiça na manutenção de uma ordem discriminatória das mulheres para elaborar uma pauta de demandas específicas das mulheres para o Sistema de Justiça.